



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO

**Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura Militar e da
Comissão da Verdade**

Elluênia Lucena Claudino Delfino

João Pessoa-PB

Maior/2014

Elluênia Lucena Claudino Delfino

**Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura Militar e da
Comissão da Verdade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres.

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Comportamento Político.

João Pessoa-PB

Maior/2014

**Representações Sociais de Três Gerações Acerca da Ditadura Militar e da
Comissão da Verdade**

Elluênia Lucena Claudino Delfino

Dissertação defendida em: 26 / 05 / 2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres – UFPB
(Orientadora)

Prof. Dr. Júlio Rique Neto
(Membro Interno)

Prof^a. Dr^a. Raquel Mercedes Pinto Mascareño
(Membro Externo)

A Deus, nosso Pai, pelo dom da vida.

Caminhando (Pra não dizer que falei das flores)

Geraldo Vandré

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.

Agradecimentos

A Deus, que, com seu amor incondicional, nos conduz ao caminho do bem.

Aos meus eternos amores: minha filha Láiza, companheira e amiga de todas as horas, e meu filho Enzo, recém-chegado ao mundo. Dois anjos que Deus me presenteou em vida, me dando a oportunidade de desempenhar o papel mais sublime da minha vida: a maternidade.

Ao meu esposo Samyr, pela compreensão e incansável incentivo para que eu desse continuidade aos meus estudos.

À minha mãe Lourdes, que dedicou sua vida para que eu tivesse uma boa educação e sempre me encorajou para que eu alcançasse meus objetivos.

Ao meu pai (*in memoriam*) Edgard Claudino de Souza, um tesouro que me foi arrebatado para uma viagem sem volta que, de onde estiver, me fortalece e me dá inspiração para ultrapassar os obstáculos da vida.

Aos meus irmãos Edgard e Edgley, que torcem e vibram comigo a cada objetivo alcançado.

A toda minha família, que, de alguma maneira, está presente em cada degrau superado.

À minha orientadora Ana Raquel, por ser uma profissional extremamente competente, focada e disciplinada, o que enriquece a produção nas orientações, por ter acreditado no meu potencial, por me deixar desfrutar do seu conhecimento e por abrir as portas de um novo amanhã... Minha gratidão!

Ao professor Leôncio Rodriguez Larrain Camino, que enriquece as produções do nosso Núcleo de Pesquisa, sendo um exemplo a ser seguido.

Aos meus professores do mestrado, Maria de Fátima Pereira Alberto, Maria da Penha de Lima Coutinho, Patrícia Nunes da Fonseca, Maria Natália Pereira Ramos, Valdiney

Veloso Gouveia e Bernardino Fernández Calvo, pela dedicação e disponibilidade de transmitir seus conhecimentos.

Aos professores Prof. Dr. Júlio Rique Neto e Prof^a. Dr^a. Raquel Mercedes Pinto Mascareño que aceitaram serem leitores desta dissertação: meu reconhecimento e agradecimento pelas críticas construtivas.

À professora Maria Coeli Nobre da Silva, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB, por ter acolhido meu projeto, me ajudado a concluir e encaminhado meu Projeto de Pesquisa para seleção do CNJ Acadêmico/CAPES. Grata surpresa, o projeto foi aprovado pela CAPES com posição significativa, tendo a UFPB o mérito de ser a única instituição do Nordeste a ser líder, sem instituições parceiras.

Ao professor Rômulo Rhemo Palitot Braga, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB e Coordenador do Projeto de Pesquisa CNJ Acadêmico/CAPES, pela confiança depositada em mim e no referido projeto, por acatar e abraçar a ideia, dando-a a visibilidade que merecia e fazendo-a ser um referencial de boas práticas para um ideal de Justiça.

À CAPES, pela bolsa concedida e incentivo ao aprofundamento dos estudos.

Ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, pela parceria com a CAPES e fomento aos estudos e pesquisas científicas, buscando uma Justiça mais justa.

Aos meus professores da graduação em Psicologia, que foram ponte para que eu chegasse à pós-graduação, me fazendo valorizar ainda mais a atividade da docência.

A todos os meus colegas da turma do mestrado, que juntos, além de construir um espaço de aprendizagem, fomentamos um ambiente harmonioso e de mútua ajuda.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Comportamento Político, pela solidariedade nos estudos e nas pesquisas, em especial, Clarissa, Jaqueline, Ana Clotilde, Luana, Thiago e Clóvis.

Às minhas amigas de todas as horas Lydiene, Carol, Kécya, Luciana, Valéria e Ellen, fundamentais nos momentos de descontração: meu agradecimento pelos momentos felizes.

A aqueles que fizeram parte da amostra desta pesquisa, que procuraram resgatar a memória de um período difícil da história do Brasil.

A todos que diretamente ou indiretamente vivenciaram e/ou sofreram alguma violação de direitos, meu respeito e sentimentos de pesar. Compartilho com estes um sentimento de esperança de dias melhores, onde a intenção é caminhar sempre em busca da verdade.

SUMÁRIO

Índice de Figuras.....	x
Índice de Tabelas	Erro! Indicador não definido.
Resumo	xii
Abstract	xiii
Introdução	166
Capítulo 1 – Comissão da Verdade	21
1.1 Justiça de transição e suas motivações	23
1.2 Algumas Comissões da Verdade	24
1.3 A Comissão da Verdade Brasileira	29
1.3.1 Críticas à Comissão da Verdade Brasileira	30
Capítulo 2 – Representações Sociais	33
2.1 Processos envolvidos na construção das representações sociais	37
2.2 Modelos de investigação e contribuições para a Teoria das Representações Sociais	40
2.3 Representação social e memória	44
Capítulo 3 – Estudo Empírico	53
3.1 Objetivo geral	53
3.2 Método	53
3.2.1 Participantes.....	53
3.2.2 Procedimento	53
3.2.3 Instrumento	54
3.2.4 Análise dos dados	54
3.3 Resultados e Discussão	55
3.3.1 Resultados da associação livre de palavras	55
3.3.2 Resultados da análise de conteúdo	57

3.3.2.1 Análise Fatorial de Correspondência	64
Capítulo 4 – Considerações Finais	67
Referências	70
Anexo	76
Anexo A – Roteiro de Entrevista	77

Índice de Figuras

Figura 1. Dendrograma do <i>corpus</i>	57
Figura 2. Representação em coordenadas da Análise Fatorial de Correspondência das entrevistas desta pesquisa que buscou saber a representação social de três gerações no que tange à Ditadura Militar e à Comissão da Verdade	65

Índice de Tabelas

Tabela 1.	Comissões da Verdade no Mundo	25
Tabela 2.	Quadro de evocações livres de pessoas de três gerações distintas (N = 209)	56
Tabela 3.	Classe 1 “Explicação da História Oficial”: Representa 19,0% do <i>corpus</i>	59
Tabela 4.	“Apuração de Violação de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade”: Representa 31,0% do <i>corpus</i>	60
Tabela 5.	Classe 3 “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que Levaram ao Golpe Militar”: Representa 16,0% do <i>corpus</i>	61
Tabela 6.	Classe 4 “Processar Criminalmente”: Representa 13,0% do <i>corpus</i>	62
Tabela 7.	Classe 5 “Processar Criminalmente e Indenizar”: Representa 21,0% do <i>corpus</i>	63

Resumo

Em 2012 a comissão nacional da verdade do Brasil foi sancionada, para funcionar por dois anos, com a finalidade de apurar as violações de direitos e apontar responsáveis por mortes, torturas e desaparecimentos durante o regime militar. Em 2014, ao completar 50 anos desse período, esta comissão deverá divulgar relatório. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar as representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e a opinião destas pessoas sobre a comissão da verdade. A amostra deste estudo compreendeu 209 participantes. Os dados foram analisados pelo programa Evoc, a partir da expressão “Governo Militar”. O núcleo central da representação apontou que os conteúdos evocados estão fortemente ancorados em uma ação negativa “repressão”, associado a isto, a um regime governamental “ditadura”. Os dados também foram analisados pelo software Alceste. Os resultados apontaram a formação de 5 classes, tendo, a Classe 2, “Apuração de Violações de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade”, a maior representatividade do *corpus*. Tomados em conjunto, os resultados obtidos demonstram a importância do tema para os participantes e percebe-se como o resgate à memória histórica atinge às representações profundamente ancoradas ao longo do tempo pelos que viveram e/ou escutaram fatos ocorridos neste período como mortes, torturas e desaparecimento político.

Palavras-chave: representação social, ditadura militar, comissão da verdade, geração.

Abstract

In 2012 the national truth commission in Brazil was sanctioned to work for two years, with the objective of investigating human rights violations and appointing the people responsible for killings, torture and disappearances during the military regime. In 2014, on the 50th anniversary of this period, the committee should release reports. In this context, the study has the general objective of analyzing the social representations of three generations regarding the military dictatorship, as well as the opinion of these people about the truth commission. The sample is comprised of 209 participants. Data was analyzed by the Evoc program, from the expression "Governo Militar". The core of the representation showed that the introduced contents are strongly attached to a negative action (repression) associated with the government structure of "dictatorship". The data was also analyzed by Alceste software. The results indicate the formation of 5 classes, with Class 2, "Investigation of Human Rights Violations by the Commission of Truth", being the most representative of the group. Taken together, the results demonstrate the importance of the subject for the participants. It also leads to the perception that the rescue of historical memories influence the representations anchored overtime by those who have lived and/or listened to facts of this period, such as killings, torture and political disappearances.

Keywords: social representation, military dictatorship, truth commission, generation.

O ano de 2014 é um marco importante para o povo brasileiro, pois se destacam três acontecimentos: o aniversário de 50 anos do golpe militar no Brasil; a publicação do relatório final da comissão nacional da verdade, fruto do trabalho de dois anos; e a exumação do corpo do ex-presidente do Brasil João Goulart, que, de alguma maneira, consolida a luta pelo resgate à memória e à verdade.

Neste contexto, o objetivo desta dissertação é analisar as representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e a opinião destas pessoas sobre a comissão da verdade.

A escolha deste tema surgiu a partir do interesse de diversos setores da sociedade civil pelos estudos das memórias coletivas, sociais e/ou históricas de civis que sofreram violações ou não de militares. Outro ponto motivador é o fato de haver um grande movimento do Governo Federal para relembrar fatos ocorridos no período do regime militar (1964 a 1985), ensejando, assim, a criação da comissão nacional da verdade para apurar possíveis violações de direitos, como tortura e desaparecimento político.

O período do governo militar foi caracterizado por grandes contradições. A crise política se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. O vice de Jânio era João Goulart, que assumiu a presidência num clima político adverso. Vale lembrar que, de acordo com as regras eleitorais vigentes, era possível votar no candidato à presidência de uma chapa e no vice de outra.

Neste confronto, de um lado, estavam às pessoas chamadas de comunistas, dentre as quais se destacam as Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista do Brasil. Por outro lado, há quem acreditasse e apoiasse o domínio do governo pelos militares, pois tinham o pensamento de que o Brasil passava por uma crise e precisava de um líder ou grupo que tivesse pulso para alcançar a ordem e a disciplina.

O governo de João Goulart (1961-1964), popularmente conhecido como Jango, foi marcado pela proximidade das organizações sociais e, sem apoio dos parlamentares, este presidente recorria às massas populares. O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 31 de março de 1964, as tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas. Para evitar uma guerra civil, Jango deixou o país, refugiando-se no Uruguai, e os militares tomaram o poder.

Neste cenário, com a saída de Jango, Castelo Branco que assumiu a presidência de 1964 a 1967, realizou cassações políticas e estabeleceu o fim da eleição direta para presidente. De 1967 a 1969, Arthur da Costa e Silva assume o poder, decretando o mais importante dos atos: o Ato Institucional nº 5 (AI-5¹). Em seguida, no período de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro do mesmo ano, assumiu uma Junta Governativa Provisória, formada por Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; Augusto Rademaker, ministro da Marinha, e Márcio Melo, ministro da Aeronáutica.

Na sequência, assumiu Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Este período foi chamado de “Anos de Chumbo”, quando, conforme Campos e Miranda (2005) foi considerado o auge de o governo militar no que se refere à repressão política, embora tenha prometido, assim como seus antecessores, em restabelecer a democracia no Brasil.

Ernesto Geisel assumiu a presidência entre 1974 e 1979. Foi quem aumentou o mandato de presidente de cinco para seis anos e seu governo foi marcado pela alta da inflação e dívida externa.

¹ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) se sobrepôs à Constituição Federal de 1967. Foi instituído em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, vigorou até 1978, sendo o Ato mais rigoroso da ditadura brasileira (1964-1985). Produziu várias ações arbitrárias de efeitos duradouros, a exemplo de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. O AI-5 definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir severamente quem fosse inimigo, ou considerado inimigo, do regime.

João Baptista Figueiredo (1979 a 1985) deu continuidade aos atos de Geisel. Foi o último presidente militar e pôs em prática a política de “abertura”. Os setores mais organizados da sociedade reivindicaram anistia ampla, geral e irrestrita, ou seja, libertação de todos os presos políticos, a volta dos exilados e a restituição dos direitos políticos a todos os cassados. Este período marcou o início da transição para o sistema democrático, o restabelecimento do pluripartidarismo, a crise econômica, as greves e os protestos sociais. Houve também o restabelecimento das eleições diretas para governadores dos estados.

A partir de então, o principal objetivo das oposições passou a ser o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República. O movimento “Diretas Já” assumiu grande proporção e, em 1984, milhares de brasileiros saíram às ruas exigindo o fim do governo militar.

No dia 15 de março de 1985, data da posse do novo presidente, o presidente eleito pelo colégio eleitoral Tancredo Neves foi internado às pressas em um hospital de Brasília. Logo, José Sarney subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial.

Em 1988, o Brasil ganhou uma nova Constituição, vigente até hoje e que trouxe duas grandes contribuições, a regulamentação na esfera trabalhista e na proteção social. A tão esperada eleição direta aconteceu em 1989, com o embate entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva, com a vitória do primeiro que venceu em segundo turno com 53% dos votos, vindo posteriormente a ser pauta de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que votou pelo impeachment. Porém, Collor adiantou-se e renunciou à presidência antes de sua cassação. Assumiu, portanto, o vice-presidente, Itamar Franco.

As eleições que se seguiram deixaram para trás um período conturbado marcado por lutas, desavenças, ações, omissões, fatos não explicados e desconhecidos até a atualidade.

Tendo esses acontecimentos históricos em tela, para alcançar o objetivo aqui proposto, este trabalho estrutura-se em quatro capítulos, onde o primeiro explanará sobre a

comissão nacional da verdade do Brasil, sancionada em maio de 2012 pelo Governo Federal brasileiro através da Presidente Dilma Rousseff, e traçará um histórico das comissões da verdade em vários países que também sofreram com a atuação de um regime militar opressor.

O segundo capítulo abordará a Teoria das Representações Sociais para analisar como essas representações foram e estão sendo ancoradas em três gerações distintas (jovens, adultos e idosos), assim como descreverá o trajeto histórico deste constructo da Psicologia Social, os conceitos, a inserção deste constructo no Brasil, seus processos e modelos de investigação, além da relação do tema com estudos sobre a memória.

Já o terceiro capítulo apresenta o método, os resultados assim como uma discussão geral do estudo realizado para alcançar o objetivo aqui proposto. De uma maneira geral, os resultados apontaram que os participantes são favoráveis à constituição da comissão da verdade e que a representação social do “Governo Militar” é constituída, majoritariamente, por conteúdos negativos, que apontam que este período é visto como marcado pela ausência da Democracia.

E no quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais, articulando o objetivo deste estudo com os resultados obtidos, assim como as dificuldades encontradas para realização da pesquisa e aponta novos estudos que podem ser realizados a partir deste.

A maneira de como o Estado e a sociedade encaram seu passado autoritário compõe o que se denominou “Justiça de Transição” ou “Políticas de Verdade e Justiça”, que se resume em direito à memória, reconciliação nacional e reparação das vítimas. No Brasil, a Justiça de Transição começou a ser posta em prática no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), dando ênfase à reparação e não à apuração de responsabilidades.

No entanto, foi no governo de Dilma Rousseff (2011-atualidade) que se consolidou a criação da comissão nacional da verdade. A criação desta foi analisada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDHs), que é uma instituição autônoma vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA) e cujo objetivo é a aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário e é formada por juristas de diferentes países, eleitos por méritos pessoais e não vinculados a seus governos.

Antes do Brasil, a Corte já tinha julgado casos procedentes no Chile, Argentina, El Salvador, Guatemala, Peru e outros países. Esta Corte analisou a demanda apresentada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), que, junto com os parentes dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, acusa o Exército de ter executado sumariamente prisioneiros já rendidos e ocultado seus corpos. A OAB e os parentes exigiram que o governo brasileiro esclarecesse os fatos, revelasse onde estão os corpos e apurasse a responsabilidade pelos crimes.

A resolução desta questão pode colocar o país num outro patamar em relação à memória da repressão e ao respeito aos Direitos Humanos. Processar e julgar os agentes do Estado que cometeram crimes de tortura e assassinato foi e está sendo um passo importante que o país precisou e precisa dar, iniciando um processo que já começou a ser trilhado por seus vizinhos do Cone Sul, como Argentina, Uruguai e Chile.

Reconhecer que houve e que há tortura no Brasil e encará-la como crime é fundamental para a consolidação da democracia. As políticas de verdade e justiça podem ajudar a construir um país menos desigual, onde os Direitos Humanos valham para todos.

1.1 Justiça de transição e suas motivações

A partir de 2007, percebeu-se um movimento inicial no Brasil a respeito da “justiça de transição”, quando esse tema tornou-se um importante foco para alguns órgãos da Presidência da República, a exemplo do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos. De acordo com a Cartilha da Comissão da Verdade no Brasil (Núcleo de Preservação da Memória Política, 2012), a justiça de transição ocorre no contexto da transição entre um regime autoritário e um regime que lhe sucede, este com princípios e valores democráticos.

Embora existam várias maneiras de se abordar a justiça de transição, como julgamentos de âmbitos criminais, reforma das políticas institucionais, reparação às vítimas, construção de memoriais, entre outros, este estudo se concentrou nas comissões da verdade.

Entre as normas fundamentais que dão sentido à justiça de transição estão as que devem contribuir para o esclarecimento da verdade sobre as violações praticadas durante períodos políticos conflituos e conturbados, assim como devem incentivar políticas públicas de educação para a memória, com o objetivo fundamental de conscientizar a denominada “Cultura do Nunca Mais”.

Todas as comissões da verdade têm a finalidade de apurar as violações de direitos ocorridas no período da ditadura e foram sendo formadas no mundo a partir de 1974.

De acordo com a Cartilha da Comissão da Verdade no Brasil (Núcleo de Preservação da Memória Política, 2012), estas comissões são mecanismos oficiais de apuração de abusos e violações dos direitos humanos e vêm sendo amplamente utilizadas no mundo como forma

de esclarecer o passado histórico. São órgãos temporários, assessora os governos e são oficialmente investidas de poderes para identificar e reconhecer todos os fatos ocorridos e as pessoas que participaram desse processo tanto de maneira passiva (sofrendo violações), como atuando ativamente na promoção de violências.

A missão final das comissões da verdade é a elaboração de um relatório que esclareça os detalhes do regime que oprimiu e violou, bem como a promoção de recomendações para as instituições do Estado, sobretudo, aquelas que trabalham com segurança pública e contribuem para uma política consistente de incentivo a não repetição dos erros do passado.

Os testemunhos não somente proporcionam o conhecimento sobre os fatos ocorridos no que diz respeito às violações de direitos humanos, mas também asseguram que a própria narrativa torne-se o veículo principal para o reconhecimento do direito das vítimas contarem sua própria verdade, opondo-se à verdade “oficial” construída durante os anos de arbitrariedade e violência.

Para entender melhor a proposta da comissão da verdade, a seguir se fará um panorama de algumas comissões da verdade no mundo.

1.2 Algumas Comissões da Verdade

Pinto (2010) realizou um estudo comparativo entre as diferentes comissões instaladas na América Latina. Segundo esta autora, essas comissões são bem diferentes em todos os aspectos: período, número de membros, orçamento, autonomia, capacidade de punir, suporte governamental, entre outros.

Corroborando com esta afirmação, Brahm (2004) diz que existiram nos mais diferentes tipos de contextos sociais e Tepperman (2002) complementa afirmando que estas comissões apresentaram diferentes formas de atuações, estruturas e resultados.

Como pode ser observado na Tabela 1, já foram criados mais de quarenta diferentes tipos de comissões da verdade em todo o mundo.

Tabela 1

Comissões da Verdade no Mundo

País	Data da Comissão	Comissão da Verdade
Uganda	1974 e 1986	Comissão de Inquérito Sobre o Desaparecimento de Pessoas
Honduras	1980	Comissão da Verdade e da Reconciliação
Bolívia	1982	Comissão Nacional para a Investigação de Desaparecimentos Forçados
Argentina	1983	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas CONADEP
Uruguai	1985 e 2000	Comissão de Investigação Sobre a Situação das Pessoas Desaparecidas e as Suas Causas
Zimbábue	1985	Verdade, Reconciliação e Justiça
Nepal	1990	Comissão de Inquérito para localizar as pessoas desaparecidas durante o Período Panchayat
Chile	1986 e 2003	Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação
Chade	1991	Comissão de Inquérito sobre Crimes Cometidos por desvios e co-autores e / ou acessórios do Ex Presidente Habré
Alemanha	1992	Reavaliação da Comissão de acontecimentos históricos e as consequências da SED
El Salvador	1992	Comissão da Verdade de El Salvador
Ruanda	1992	Unidade Nacional de Reconciliação
Sri Lanka	1994	Comissão de Inquérito Sobre a Remoção Involuntária e Desaparecidos
Haiti	1995	Comissão Nacional da Verdade e Justiça
África do Sul	1995	Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul
Equador	1996 e 2007	Comissão da Verdade e Justiça
Guatemala	1999	Comissão de Esclarecimento Histórico de Violações dos Direitos Humanos e Atos de Violência que Causaram Sofrimento à População Guatemalteca
Nigéria	1999	Comissão de Investigação de Violação de Direitos Humanos
Peru	2000	Comissão da Verdade e Reconciliação
Coréia do Sul	2000	Comissão da Verdade e Reconciliação da Coréia do Sul
Panamá	2001	Comissão Institucional da Verdade
Granada	2001	Comissão da Verdade e Reconciliação

(continua)

Tabela 1*Comissões da Verdade no Mundo (conclusão)*

País	Data da Comissão	Comissão da Verdade
Iugoslávia	2001	Comissão da Verdade e Reconciliação
Timor Leste	2002	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação
Serra Leoa	2002	Comissão da Verdade e Reconciliação
Gana	2002	Comissão Nacional de Reconciliação
Paraguai	2004	Comissão da Verdade e Justiça
Carolina do Norte, EUA	2004	Comissão da Verdade e Reconciliação Comunitária
Congo	2004	Comissão Verdade e Reconciliação República Democrática do Congo
Indonésia	2004	Comissão da Verdade e Reconciliação
Marrocos	2004	Comissão da Verdade e Reconciliação
Colômbia	2005	Comissão da Verdade sobre os Acontecimentos do Palácio da Justiça
Burundi	2005	Comissão da Verdade e Reconciliação
Libéria	2005	Comissão da Verdade e Reconciliação
Espanha	2007	A Lei da Memória Histórica
Canadá	2009	Comissão da Verdade e Reconciliação
Ilhas Maurício	2009	Comissão da Verdade e Reconciliação
Ilhas Salomão	2009	Comissão da Verdade e Reconciliação
Quênia	2009	Comissão de Inquérito Sobre Pós-Eleições e Violência
Togo	2009	Comissão da Verdade e da Justiça
Venezuela	2011	Lei Contra Esquecimento
Brasil	2012	Comissão Nacional da Verdade

De acordo com Pinto (2010), houve um movimento internacional pela memória e pela verdade, desde 1974, quando foi instalada a primeira comissão, em Uganda, na África, denominada “Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas em Uganda”. Para essa comissão, era importante que houvesse, pelo menos, a identificação e a responsabilização social e moral dos torturadores e agentes da ditadura. Em muitos casos, nem as famílias dessas pessoas sabiam os crimes que eles sofreram.

Aproximando-se mais do contexto brasileiro, é oportuno destacar que quase todos os países latino-americanos sofreram com repressão política liderada por governos militares. Algumas mais intensas e violentas e outras sob terror das prisões e das torturas, porém com

números mais reduzidos. Contudo, este estudo exporá mais aspectos das comissões da verdade da América do Sul.

Conforme Pinto (2010), a comissão da Bolívia foi a primeira comissão de verdade da América Latina. Quando o governo do presidente Hernán Siles Zuazo criou a Comissão Nacional de Inquérito sobre Desaparecimentos, dias depois do retorno da democracia em outubro de 1982, apontou-se 155 casos de desaparecimentos que ocorreram entre 1967 e 1982. Ao final, a comissão conseguiu localizar alguns restos mortais dos desaparecidos, mas nenhuma conclusão das investigações foi alcançada.

Citando ainda os estudos de Pinto (2010), a comissão de verdade na Argentina despertou a atenção e o interesse internacional. Devido ao esforço da comissão de verdade e do julgamento dos oficiais militares, a Argentina foi vista como um exemplo para outros países que buscavam verdade e justiça em períodos de transição difícil. Sobre os resultados, o relatório chamado “Nunca Más”, segundo Cuervas et al. (2002), foi contabilizado aproximadamente 8.690 casos de desaparecimento durante o período militar.

No Uruguai, depois de onze anos de governo militar, o parlamento decidiu estabelecer a Comissão de Investigação da Situação das Pessoas Desaparecidas e suas Causas em abril de 1985. Depois de sete meses, a limitada comissão relatou 164 casos de desaparecimento durante os anos da repressão militar e apresentou evidências do envolvimento das forças de segurança nos casos.

Já no Chile, a Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação investigou os abusos que resultaram em morte ou desaparecimento nos dezessete anos de governo militar. A comissão trabalhou por nove meses para investigar 3.400 casos, dos quais 2.920 se enquadravam em seu mandato. Seu relatório final foi publicado em fevereiro de 1990.

No Equador, desde 1979, quando os militares assumiram o governo, já se tinha denúncias de violação de direitos e, por isso, em 1996 foi criada uma Comissão de Justiça e

Verdade. Após três meses de trabalho, a comissão já havia reunido informações de cerca de 300 casos, principalmente envolvendo torturas e execuções sumárias, porém a comissão alegou falta de recursos e pessoal treinado, o que ocasionou após de cinco meses de atuação seu encerramento sem publicar qualquer relatório.

No Peru, a Comissão de Verdade e Reconciliação foi estabelecida por decreto em junho de 2001. O relatório final da comissão foi divulgado em agosto de 2003, apresentando o número estimado de 69 mil casos de mortos e desaparecidos, a maioria de membros da comunidade indígena do país.

Por fim, Pinto (2010) lembra que no Paraguai os trinta e cinco anos de ditadura militar de Alfredo Stroessner foram marcados por violência e perseguição dos oponentes do regime. Em 1989, Stroessner foi deposto por um golpe militar, que iniciou o processo de reforma democrática no país. Em outubro de 2003, o Congresso paraguaio criou a Comissão de Verdade e Justiça para investigar as violações aos direitos humanos ocorridas de 1954 a 2003.

Na Colômbia, a comissão da verdade foi criada em 2005, denominada “Comissão da Verdade sobre os Acontecimentos do Palácio da Justiça”. De acordo com Presse (2013), a guerrilha das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) admitiu, em agosto de 2013, pela primeira vez, que tem responsabilidade em parte de milhares de vítimas do conflito armado de quase meio século no próprio país. As FARC, que têm 8 mil combatentes, fizeram esta admissão quase um mês depois que o presidente Santos admitiu, também pela primeira vez, a responsabilidade do Estado colombiano em “graves violações” dos direitos humanos dentro do conflito armado, que deixou 600 mil mortos e mais de 3 milhões de deslocados.

Conforme Terra (2011), a Venezuela criou sua comissão da verdade em 2011, popularmente conhecido como “Lei Contra o Esquecimento”. A missão desta comissão é

investigar crimes, desaparecimentos e violações de direitos humanos ocorridos entre 1958 e 1998, período conhecido como Quarta República, em que vigorou na Venezuela o Pacto de Punto Fijo.

Em 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade do Brasil, que ainda está em funcionamento. Esta apurará até 2014, violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. As características desta comissão serão mais bem desenvolvidas na seção 1.3.

1.3 A Comissão da Verdade Brasileira

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, lançou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Neste Programa, mais especificamente, o eixo orientador VI “Direito à Memória e à Verdade” tornou-se um dos principais aspectos da política dos direitos humanos no país e o lançamento de uma “Comissão Nacional da Verdade” um de seus imperativos.

No Brasil, o projeto de lei para criar a comissão da verdade foi enviado ao Congresso Nacional pelo poder Executivo em maio de 2010, depois de intensa pesquisa e trabalho para a sua elaboração. Em setembro de 2011, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em 26 de outubro do mesmo ano, no Senado Federal.

Esta comissão irá apontar responsáveis por mortes, torturas e desaparecimentos durante as ditaduras e vai funcionar por dois anos. Um relatório deverá ser elaborado em 2014, que detalhará as circunstâncias das violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 (que abrange o período do Estado Novo, ditadura do governo de Getúlio Vargas e Golpe Militar de 1964) e não terá poder de punição em razão da Lei de Anistia, que anistiou tantos os perseguidos políticos quanto os autores dos crimes.

A comissão investigará casos de torturas, mortes e desaparecimentos na ditadura. Atua também de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos, especialmente

com o Arquivo Nacional (2012), a Comissão de Anistia, criada pela Lei n° 10.559, de 13 de novembro de 2002, e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei n° 9.140, de 14 de dezembro de 1995.

Partindo desse pressuposto, a Presidenta Dilma Rousseff, anunciou no dia 10 de maio de 2012, os nomes das sete pessoas que integraram a comissão da verdade, que são: José Carlos Dias (Ex-Ministro da Justiça no governo Fernando Henrique), Gilson Dipp (Ministro do STJ e do TSE), Rosa Maria Cardoso da Cunha (Ex-Advogada de Dilma), Cláudio Fonteles (Ex-Procurador Geral da República no governo Lula), Maria Rita Kehl (Psicanalista), José Paulo Cavalcanti Filho (Advogado e Escritor) e Paulo Sérgio Pinheiro (atual Presidente da Comissão Internacional Independente de Investigação da ONU para a Síria). Tais nomes foram publicados na edição do dia seguinte no Diário Oficial da União e a cerimônia de posse dos novos integrantes realizou-se no dia 16 do mesmo mês.

Entretanto, embora tenha sido gerada uma grande expectativa para a criação da comissão da verdade brasileira, esta foi e está sendo alvo de algumas críticas, apontadas na subseção 1.3.1.

1.3.1 Críticas à Comissão da Verdade Brasileira.

Várias críticas foram feitas por parte de alguns grupos à comissão da verdade do Brasil, são estes: alguns militantes dos direitos humanos, vítimas e parentes de vítimas que defendem que as apurações da recém-instalada comissão da verdade deveriam proporcionar sanções penais aos torturadores identificados, uma vez que ter como objetivo apenas esclarecer as violações ocorridas e de escutar as vítimas destas torturas não é suficiente para se fazer justiça.

Também criticam a composição da comissão da verdade alguns oficiais das forças armadas. Oficiais reformados do Clube Naval do Rio de Janeiro anunciaram, por exemplo, a

formação de uma “comissão paralela” para rebater as eventuais acusações do grupo oficial. A iniciativa reflete o desconforto provocado nos militares pelo que acreditam ser uma tentativa de vingança de um governo ideologicamente tendencioso.

Outrossim, historiadores têm se manifestado com algumas contraposições, a exemplo do advogado Ives Martins² que escreve para Jornal de São Paulo, O Estadão (2012), que socializa algumas críticas à comissão da verdade. A começar, o referido jurista defende que a história deve ser contada por historiadores, os quais têm postura imparcial ao examinar os fatos que a conformaram, visto serem cientistas dedicados à análise do passado. Os que ambicionam o poder fazem a história, mas, por dela participarem, não têm a imparcialidade necessária para reproduzi-la, logo, ele lembra que a comissão da verdade não conta, em sua composição, com nenhum historiador capaz de apurar, com rigor científico, a verdade histórica da tortura no Brasil de 1946 a 1988.

Outra crítica que Ives Martins faz é que os membros da comissão estiveram envolvidos com os acontecimentos daquele período. Certa vez, em uma entrevista, lhe perguntaram se ele participaria da comissão se fosse convidado, ele respondeu negativamente, justificando que estava envolvido nos acontecimentos e não poderia de modo imparcial se pronunciar.

A terceira crítica, que ele chama de “reparo”, refere-se a alguns membros da comissão pretenderem que a verdade seja seletiva. Ou seja, tortura praticada por guerrilheiro não será apurada, só a que tenha sido levada a efeito por militares e agentes públicos, sendo assim a impressão que as torturas cometidas por guerrilheiros são atos sagrados, já as torturas partindo de militares são atos demoníacos.

² Ives Gandra Martins é advogado e professor. Presidente do Centro de Extensão Universitária, professor emérito da Universidade Mackenzie e professor honoris causa pela FMU Faculdades Metropolitanas Unidas e Centro Universitário FIEO. Membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Ordem dos Advogados, seção de São Paulo.

Sobre esta questão, o Vice-Presidente da República, Michel Temer, afirmou que os trabalhos da comissão devem ser abrangentes e procurar descobrir os torturadores dos dois lados. Ainda sobre esta afirmação, Ives Martins conta que muitos guerrilheiros foram treinados em Cuba pela mais sangrenta ditadura das Américas no século 20: assassinaram, sem direito a defesa, nos paredões de Fidel Castro, mais pessoas do que na ditadura de Pinochet, em que também houve muitas mortes sem julgamento adequado. E, assim, finaliza sua análise dizendo que a comissão é inoportuna, onde cita que esta volta ao pretérito parece ser contra o “sistema da natureza, pois para o tempo que já se foi, fará reviver as nossas dores, sem nos restituir nossas esperanças” (Rao, 2004, p. 389, citado por Martins, 2012).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e a opinião destas pessoas sobre a comissão da verdade. Assim sendo, no próximo capítulo será apresentado o marco teórico que norteou este trabalho – a Teoria das Representações Sociais.

Em 1961, Serge Moscovici publicou o trabalho intitulado “*La psychanalyse, son image et son public*”, que se voltava ao estudo da imagem da Psicanálise no público em geral. Com este trabalho, abriu-se um campo de estudo em torno do conceito de representação social.

Nesta obra, Moscovici (1961) lançou duas problemáticas: como uma teoria científica é apropriada, transformada e utilizada pelo homem comum e como se constrói um mundo significativo. Foi a partir dessas reflexões que surgiu a Teoria das Representações Sociais.

Moscovici (2003) destaca a diferença entre ciência e senso comum como modos distintos de compreender o mundo e de se relacionar com ele, sendo, portanto, representações da realidade. Ele define representações sociais “como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias” (2003, p. 210). Neste sentido, a discussão em torno de qualquer uma dessas práticas mentais, ainda segundo este autor, é sempre uma forma de representação, não são realidades, mas, são representações dela.

De acordo com Moscovici (20

03), é em função das representações – e não necessariamente das realidades – que se movem indivíduos e coletividades. Faz-se relevante, então, identificar como se formam ou como funcionam essas representações, onde se interligam no pensamento primitivo, senso comum e ciência.

Moscovici (2005) aponta a possibilidade do “sentido” das coisas ultrapassar aquele anteriormente dado pelos indivíduos ou realizados pelas instituições. Para ele, quando tudo é dito e feito, os temas que atravessam os discursos ou as práticas sociais não podem ser simplesmente esquecidos, mas guardados. “Eles são sempre preservados como fontes constantes de novos sentidos ou combinações de sentido, se houver necessidade” (Moscovici, 2003, p. 224). E ele ratifica que:

Os temas, ou análises temáticas, expressam uma regularidade de estilos, uma repetição seletiva de conteúdos que foram criados pela sociedade e permanecem preservados pela sociedade. Eles se referem à possibilidade de ação e experiência em comum que podem se tornar conscientes e integradas em ação e experiências passadas. (p. 224)

Neste sentido, pelo fato do construto “representação social” ser oriundo do termo “representação coletiva” (Durheim, 1895), se faz coerente explorar melhor a substituição do termo “coletivas” por “sociais”. Oliveira (2004) registra uma diferença significativa em relação a Durkheim. De fato, inicialmente, Moscovici se dividia entre reconhecer ou não a autonomia das ideias (ou do universo ideológico) e seu impacto sobre o comportamento coletivo. Parecia, assim, oscilar entre um pensamento primitivo, que “conforma realidades”, e um pensamento científico, que é conformado pela realidade.

Com este argumento, Moscovici deixa claro que as representações não são oriundas de apenas uma sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim, mas de várias sociedades que se somam dentro de uma sociedade maior. Partindo dessa premissa, Durkheim (1912), em “As formas elementares da vida religiosa”, esclarece como o pensamento científico é da mesma natureza dos outros dois pensamentos: o primitivo e o senso comum.

Assim, o estudo das representações sociais pela ótica da Psicologia Social é uma modalidade de conhecimento baseada na comunicação. No que se refere ao papel dessa comunicação, percebe-se a importância das trocas e interações que ocorrem para a criação de um universo consensual. Sendo assim, a incidência da comunicação é entendida por Moscovici em três níveis: 1) o nível da emergência das representações, cujas condições afetam os aspectos cognitivos; tais condições são a dispersão e a defasagem das informações relativas ao objeto representado que são acessados de formas desiguais por cada grupo social; 2) o nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem – que serão melhores descritas a seguir – explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e

suas condições sociais de exercícios nos planos da organização dos conteúdos, das significações e sua utilidade; e 3) o nível das dimensões das representações associadas à edificação da conduta (opinião, atitude e estereótipo), sobre a qual intervêm os sistemas de comunicação midiáticos. Desta forma, a comunicação social, através de alguns aspectos, como os aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, surge como condição de possibilidade e de determinação das representações e dos pensamentos sociais.

Tendo essas reflexões como pano de fundo, para Moscovici:

Representação Social corresponde a sistema de valores, noções e prática que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material, para dominá-lo um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens se integram em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios, liberam os poderes da imaginação. (1961, p. 18)

Por Representações Sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (1981, p. 181)

Moscovici continua delimitando conceitualmente as representações sociais diferenciando-as das representações coletivas (Durkheim, 1895). Assim, para ele:

As representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de coletivo. (1984, p. 49)

Jodelet (2001) arremata que as representações sociais são fenômenos complexos ativados e em ação na vida social em volta de diversos elementos, que, por vezes, são estudados separadamente, como os informativos, cognitivos, ideológicos, normativos,

crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Esta autora também reconhece que o primeiro a identificar tais objetos como produções mentais sociais foi Durkheim (1895) através de estudos sobre ideação coletiva. Moscovici (1961) reformulou a Teoria da Representação Social destacando os fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, identificadas pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações, avanço da ciência e das variedades e mobilidades sociais.

2.1 Processos envolvidos na construção das representações sociais

Existem dois processos sociais básicos relacionados à origem das representações sociais: a objetivação e a ancoragem. Ambos são constituídos nas relações sociais.

No caso de novas situações ou diante de novos objetos, como, por exemplo, a Psicanálise, o processo de representar apresentava uma sequência lógica: tornar familiares objetos desconhecidos (novos) por meio de um duplo mecanismo então denominado amarração, conceito que logo evoluiu para o termo “ancoragem”.

Já a “objetivação”, trata-se do processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar.

Para Moscovici (2003), esses objetos ou acontecimentos estranhos precisam ser integrados nos sistemas de crenças particulares das pessoas. Desta forma, ancorar é atribuir categorias e nomes à realidade e objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem até que essa imagem se converta num elemento da realidade ao invés de ser apenas um elemento do pensamento. Resgatando obras anteriores de Moscovici, este diz que:

Uma representação social elabora-se de acordo com dois processos fundamentais: a objetivação e a amarração. O lento investimento da Psicanálise pelo corpo social e a influência dos valores de referência sobre sua evolução relacionam-se com a

amarração. A objetivação, como se sabe, faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e movimenta no ciclo das infracomunicações pode torna-se superabundante. (1978, p. 110-111)

Jodelet (2001) alerta para a necessidade de considerar o lugar social de onde se produzem as representações. Para ela, “a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais, do sujeito” (2001, p. 27). No que tange aos conceitos de objetivação e ancoragem, Jodelet (2001) complementa que o processo da ancoragem intervém ao longo do processo de formação das representações, assegurando a incorporação ao social. A ancoragem tanto enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência, como também serve para instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente. Assim, dá continuidade à objetivação.

Para Vala (2000), a objetivação refere-se à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e adquirem materialidade se tornando expressões de uma realidade pensada como natural. Este autor afirma que tal processo desenrola-se em três momentos: construção seletiva, esquematização e naturalização. Assim, Vala (2000) ratifica que analisar o processo de objetivação consiste em identificar os elementos que dão sentido a um objeto, a sua seleção de um conjunto mais vasto de conceitos (reconstrução de um esquema), a sua figuração e as modalidades que assume a sua naturalização.

Para Chaves e Silva (2011), as representações sociais, por serem postas entre o psicológico e o social, são capazes de estabelecer conexões entre as abstrações do saber e das crenças e a concretude da vida do indivíduo em seus processos de troca com os outros. Essas conexões se estabelecem de acordo com esses dois processos em tela: ancoragem e objetivação. A ancoragem é um processo de reconhecimento de objetos não familiares

baseado em categorias previamente conhecidas e a objetivação, para estes autores, refere-se ao processo em que conceitos abstratos são materializados em realidades concretas.

Assim, a objetivação e a ancoragem são processos indissociáveis, onde objetivar significa descobrir a imagem de uma ideia, de um conceito, tornando-o concreto; cria-se uma imagem mental na tentativa de se apropriar do objeto não familiar em familiar. Já a ancoragem, é responsável por dar sentido às imagens criadas.

A seguir, serão discutidos os principais modelos de investigação que fazem parte do escopo da Teoria das Representações Sociais.

2.2 Modelos de investigação e contribuições para a Teoria das Representações Sociais

Tradicionalmente, considera-se que existem três modelos para investigar as representações sociais: o modelo Culturalista, desenvolvido principalmente por Serge Moscovici e Denise Jodelet; o modelo do Núcleo Central, proposto por Jean-Claude Abric; e o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais, formulado por Willem Doise. No entanto, estes três modelos devem ser pensados como complementares, pois, como aponta Sá (1998):

A grande teoria das representações sociais desdobra-se em três correntes teóricas complementares Não se trata por certo de teorias incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam. (p. 65)

Serge Moscovici e Denise Jodelet defendem uma abordagem culturalista, onde é dado ênfase à relação entre as dimensões sociais e culturais que orientam às construções mentais e coletivas. Jodelet (2001) entende que as representações sociais são:

Estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais, interagindo - ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que

afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir. (p. 26)

O segundo modelo que vale destacar é o estruturalista, que dá importante suporte a esta dissertação, sobretudo, ao estudo empírico realizado neste estudo. Este modelo tem como principal nome Jean-Claude Abric (1994), que desenvolveu a Teoria do Núcleo Central, no final da década de 1970. Para ele, as RS incluem dois sistemas de significados: o sistema central e o sistema periférico. O primeiro, ou núcleo central, é rígido e estável, define a homogeneidade do grupo e está associado à sua história coletiva. A este sistema cabe determinar a organização da representação e gerar a significação dos elementos da representação. Já no segundo sistema, os elementos periféricos são mais flexíveis, mudam, são sensíveis ao contexto e é neles que se manifesta a heterogeneidade do grupo. As suas funções são a adaptação contextual da representação e a proteção do núcleo central.

Abric (1998) descreve e ratifica que as representações sociais são organizadas em conteúdos centrais e periféricos. Considera que a organização de uma representação social apresenta uma característica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos que dão significado à representação. Caracteriza-se, assim, uma abordagem estrutural e mais centrada nos processos cognitivos.

Nessa perspectiva, Abric (2003) diz que uma RS é organizada em torno de um núcleo central – noção de centralidade qualitativa e estrutural –, elemento essencial da representação, que produz, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna. A centralidade de um elemento produz sentido ao conjunto da representação a partir de sua dimensão qualitativa. O núcleo central seria um subconjunto da representação que é composta de um ou mais elementos, cuja ausência destruiria ou daria uma nova significação à representação.

Para a aproximação da representação social é essencial, baseando-se na teoria do núcleo central, concluir três fases, sendo a primeira a descobrir os elementos constitutivos da

representação, o segundo conhecer a organização desses elementos e, por fim, descobrir o núcleo central. A partir dessa teoria as representações sociais são abordadas de diferentes formas (Abric, 1992).

Abric (2005) também estudou o conceito de “zona muda”, inicialmente utilizado por Claude Flament, em 1996, e melhor aplicado em estudos sobre representação nos anos 2000 por Christian Guimelli e Jean-Claude Deschamps. O que se quer destacar é que no que se refere às representações, a zona muda não corresponde a uma face inconsciente dessa representação, ela é uma face “escondida”, porém consciente, mas que “não” pode ser expressa, dita.

Explicando melhor, ao se falar de zona muda, procura-se saber o que está sendo “escondido”: se são elementos periféricos da representação ou se – sendo mais grave – são elementos do núcleo central da representação. Assim, estando à zona muda neste último sistema, o todo significativo das representações não está sendo expresso, isto é, a totalidade destas, logo o que é essencial está mascarado e para o pesquisador analisar melhor estas questões.

Por fim, o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais, proposto por Doise, Clemence, e Lorenzi-Cioldi (1993).

Doise (2002) afirma que, ao formular o modelo quantitativo, Doise et al. (1993) tinham algumas hipóteses. Na primeira, membros de uma população compartilhavam certas crenças em comum devido às relações sociais e trocas simbólicas. A segunda referia-se à natureza das tomadas das posições individuais, ou seja, porque os indivíduos se diferenciam entre si. E a terceira e última hipótese se referia ao fato que a ancoragem seria constituída através dos valores, pelas percepções construídas nas relações com os grupos e pelas experienciais sociais compartilhadas.

Assim, Doise et al. (1993) propõem que as representações sociais deveriam ser estudadas a partir de três aspectos: a organização do campo representacional, os princípios organizadores das diferenças individuais e a ancoragem em sistemas de significados simbólicos.

A organização do campo representacional corresponde ao processo de objetivação (Moscovici, 1978). Refere-se à maneira pela qual um objeto abstrato é materializado, sendo um processo cognitivo dotado de operações cognitivas: categorização e seleção (Doise et al., 1993). Estes autores apontam quatro técnicas de análise para investigar o campo representacional: análise hierárquica de cluster, análise fatorial de correspondência, escalonamento multidimensional e a análise de similitude. O que essas técnicas têm em comum é o fato de que permitem analisar o conteúdo representacional como uma organização compartilhada no ambiente social.

O segundo aspecto do modelo de Doise et al. (1993) refere-se à investigação dos princípios organizadores das diferenças individuais e corresponde à lógica que organiza as variações interindividuais dos membros de um grupo nas diferentes dimensões subjacentes ao campo representacional. Dito de outra forma, esses autores defendem que a investigação das representações sociais não deve se limitar ao estudo dos conteúdos consensuais de um determinado objeto social, mas deve se preocupar também pelos dissensos. No entanto, eles também defendem que esses dissensos seriam explicados pelas diferenças sociais (por exemplo, diferentes níveis de ancoragens) e não por simples diferenças interindividuais. Ou seja, as diferenças individuais seriam construídas socialmente.

Finalmente, o terceiro aspecto proposto por Doise et al. (1993) corresponde à ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais. A ancoragem corresponde ao processo pelo qual o objeto representado é incorporado e integrado em um sistema pré-existente (Moscovici, 1978). No entanto, para Doise et al. (1993), a ancoragem

refere-se à análise do que ocorre quando atores sociais coletivamente tomam um posicionamento no panorama social, posição definida em comparação com o posicionamento de outros grupos. Para eles, a ancoragem pode ser estudada a partir de três níveis:

- a) Psicológica → recorre ao posicionamento individual nas atitudes e valores;
- b) Psicossociológica → está ligada à percepção das relações intergrupais;
- c) Sociológica → está ligada às pertenças específicas e suas relações e experiências

sociocompartilhadas.

Resumindo, portanto, Doise et al. (1993) defendem que as representações sociais de um objeto não poderiam ser compreendidas sem uma análise de suas associações com um sistema mais geral de relacionamento simbólico.

Neste trabalho, como será visto posteriormente, optou-se por trabalhar com o Modelo do Núcleo Central. A seguir, discutiremos a relação ente Representação Social e Memória.

2.3 Representação social e memória

A Psicologia Social tem se interessado em estudar a relação entre representações sociais e memória não apenas para identificar fatos que ocorreram, mas com intuito de se verificar as representações que determinados fatos assumiram para as pessoas.

Naiff, Sá e Naiff (2008) contam que as preocupações com as dimensões sociais da memória humana têm suas origens na Grécia antiga. Com o decorrer do tempo, houve uma intensificação – recente – dessas preocupações que foram assim comentadas por Jedlowski (2001):

No século XX, a memória foi assunto de consideráveis estudos nos campos da arte, da Filosofia e das ciências. As razões para essa especial atenção são prováveis de serem encontradas naquela peculiar construção cultural e social representada pela modernidade: de um lado, ela tem produzido um mundo em eterna mudança, na qual

as tradições perdem seus valores e recorrentes discontinuidades são geradas; por outro lado, a modernidade tem oferecido cada vez mais instrumentos técnicos sofisticados que exteriorizam a faculdade humana de recordar e questionar seus significados. (p. 29)

Sendo assim, por muito tempo, a Psicologia estudou a memória humana considerando apenas seu caráter individual. A Psicologia Social tem retomado o estudo da memória há cerca de 20 anos, aproximadamente. Bartlett (1932/1995) contribuiu bastante, contudo, seus estudos têm sido complementados com estudos sobre memória no âmbito de outras ciências humanas.

Sobre os estudos deste autor, com intuito de contextualizar, trata-se de uma das teorias clássicas que buscam explicar o esquecimento como uma dificuldade ou impossibilidade de acesso às informações já armazenadas. Destacam-se a Teoria da Falha na Recuperação e a Teoria dos Esquemas. Bartlett acreditava que o estudo da memória não poderia se limitar a experimentos laboratoriais.

De acordo com Pergher e Stein (2003), os mais famosos estudos de Bartlett foram os que utilizaram uma lenda de índios norte-americanos chamada “A Guerra dos Fantasma”, onde consistia em uma história que continha elementos característicos da cultura em que fora criada. Nos seus experimentos, Bartlett solicitava que os participantes lessem duas vezes a referida lenda e, após quinze minutos, tentassem recordá-la da maneira mais precisa possível (Brewer, 2000, citado por Pergher, & Stein, 2003).

Entretanto, as teorias da época que consideravam o associacionismo não conseguiram explicar os resultados advindos dos protocolos de recordação de “A Guerra dos Fantasma”. Sendo assim, Bartlett, para explicar seus achados, foi forçado a abrir mão desta nova forma de representação do conhecimento, diferente da forma atomística, muito aceita na época. Propôs, então, uma explicação holística dos fenômenos mnemônicos com base no constructo teórico que denominou de “esquema”.

Conforme asseveram Alba e Hasher (1983), esse esquema vai selecionar e pode até modificar as informações oriundas da experiência para poder chegar a uma representação unificada e coerente da mesma, no sentido de tornar essa representação consistente com as expectativas e conhecimentos já adquiridos. Neste processo ativo, pode ocorrer perda ou distorção de informações já armazenadas, ou seja, esquecimento.

Outrossim, Sá (2012) destaca as contribuições de Halbwachs (1925/1994, 1950/1997), filósofo e discípulo de Durkheim (1858-1917), que fez releituras da sociologia da memória. Sua obra mais conhecida sobre memória é “A memória Coletiva”, de 1950. Para ele, a memória sempre tem uma base social e coletiva, traçando uma ponte entre a Psicologia e a Sociologia. Antes, porém, os estudos sobre memória eram baseados em reflexões filosóficas que visavam compreender a vida humana. Halbwachs, na década de 1920, insere a memória coletiva na Sociologia, entendendo que a memória é influenciada a partir de situações sociais que lhe antecedem e determinam.

Assim sendo, a Psicologia Social tem sido considerada não como a tradicional “psicológica”, pois, segundo Farr (1996), há uma individualização do social, onde a psicologia social da memória se mostra contrária a qualquer “psicologismo”. Logo, de acordo com Sá (2012), por mais que se aproprie das contribuições sociológicas, a perspectiva psicossocial não adere à proposição da existência de uma “memória *da* sociedade”, nos termos de Halbwachs, mas prefere estudar os mesmos fenômenos como uma “memória *na* sociedade”, segundo a fórmula devida a Bartlett.

Explicando melhor a perspectiva psicossocial da memória, Sá (2005, 2007a) estabelece três orientações principais para a caracterização do domínio de estudos psicossociais da memória: 1) uso da “memória social” como um “termo guarda-chuva” para designar o inteiro conjunto dos fenômenos psicossociais da memória; 2) definição de cinco princípios unificadores do campo da memória social, da forma como acredita que o psicólogo

social deva vê-lo; e 3) mapeamento do campo nas sete diferentes instâncias da memória com as quais acredita que o psicólogo social deva lidar. Assim, o autor supracitado tem articulado as contribuições da vertente sociológica europeia da Psicologia Social e da vertente psicológica cognitiva americana de cunho naturalista (Sá, 2007b, 2008, 2012).

O termo “memória social” tem sido a preferência na literatura. E falar de memória social é falar de Psicologia Social. No que se refere aos princípios, Sá (2012) os descreve de diversas fontes – como, por exemplo, em Halbwachs (1994, 1997) e em Bartlett (1995) – com intuito de unificar o campo de estudo psicossocial da memória, são eles: 1) a memória tem um caráter socialmente construtivo e não meramente reprodutivo das experiências individuais passadas; 2) são as pessoas que se lembram e se esquecem, em que como elas se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem; 3) a construção da memória não se produz senão através da interação e da comunicação sociais; 4) lembranças e pensamentos estão sempre e intrinsecamente associados aos fenômenos de memória social; e 5) motivação, afeto e sentimento desempenham um papel importante na construção da memória social.

No que diz respeito a esses princípios, Sá (2012) analisa que os dois primeiros se complementam, desconsiderando as posições psicologistas e sociologistas; o terceiro corresponde à interação social, tentando explicar a construção da memória; o quarto e o quinto defendem que a diferença de uma “pseudo” distância entre os processos cognitivos – pensamento e memória – e afetivos são produzidos e mobilizados de forma necessariamente interdependentes da vida cotidiana.

Já no mapeamento das “memórias da memória social” a que este autor se refere, destaca-se a descrição de sete instâncias da memória social: memórias pessoais, memórias comuns, memórias coletivas, memórias históricas documentais, memórias históricas orais, memórias práticas e memórias públicas. Vale ressaltar que não se trata de categorias

tradicionais que se excluem, podendo, portanto, uma memória se transformar em outra ou ainda pode-se incorporar a outras “memórias”.

Segundo Jedlowski (2001), a memória coletiva pode ser definida como “um conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros” (p. 33).

A memória coletiva a que se refere Jedlowski (2001) é, por definição, a memória de um grupo social, da mesma forma que uma representação social, como definida por Moscovici (1961, 1984) e Jodelet (1984, 1989), tem obrigatoriamente um grupo como sujeito produtor e/ou usuário.

Diante desse contexto, pensando numa articulação da Teoria das Representações Sociais com a memória coletiva, seguiu-se a proposta de Abric (1994) quando ele afirma que o núcleo central é:

Fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas ao qual este se refere. Ele constitui, portanto, a base comum, coletivamente partilhada das representações sociais. É por ele que se define a homogeneidade de um grupo social. Ele é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a uma segunda função, a da continuidade e da permanência da representação. Enfim, ele é de uma certa maneira relativamente independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência. (p. 32-33)

Acrescenta-se, também, que o campo das representações é um campo de lutas sociais discursivas e de manipulação, assim como é o da memória coletiva e, por isso, como diz Le Goff (1996), deve-se “trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p. 477).

Sá (2012) enfatiza, juntamente com outros autores, a exemplo de Barlett, Halbwachs etc., os estudos no âmbito psicossocial da memória histórica quando compara estados contemporâneos da memória social em certas populações acerca de processos e períodos históricos brasileiros. Inicialmente, seus estudos utilizavam os termos “memória social” ou

“memória coletiva” ou ainda “memória” tout court. Posteriormente, passou a entender, como mais apropriado para o conjunto dos fenômenos de memória social era “memória histórica”, apesar das dificuldades que se sabe envolver as relações entre memória e história.

Partindo dessa premissa, Halbwachs (1997) sinaliza certa contradição na expressão “memória histórica”, uma vez que a história só começaria a ser escrita quando a memória já estivesse se extinguindo. Nesse sentido, somente a “história vivida” poderia ensejar uma memória e esta não ultrapassaria os limites e a duração do grupo que a tivesse construído. Sá (2012) corrobora dizendo que tal concepção pode ser suficiente para sustentar os estudos de história oral, mas exclui das relações com a memória a história produzida a partir de documentos. A rigor, a psicologia social da memória, para tratar das relações entre as populações contemporâneas e o seu passado histórico, deve ir além dos limites autoestabelecidos tanto pela sociologia halbwachiana quanto pela história documental. Sá (2012), portanto, com sua perspectiva psicossocial, entende que:

O termo “memória histórica” é entendido como uma “memória da história”, englobando memórias orais e memórias documentais, para cuja construção contribuem: (1) tanto memórias coletivas quanto memória comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto documentos históricos *stricto sensu* quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores. (p. 97)

Assim, sobre a memória em sociedade, Sá (2005, 2007b) propõe chamar de “memória histórica” a memória social que, além de alimentada pelo próprio testemunho dos fatos ou pelo relato de quem os tenha vivido, constrói-se adicional ou alternativamente a partir de documentos e de outros tipos de registros do passado, bem como da transmissão oral corrente dos acontecimentos e práticas do passado. Os produtos da história escrita ou oral configuram-se como uma das fontes da memória histórica, sob as condições de que eles sejam efetivamente lidos ou ouvidos pelas pessoas e de que estas e os grupos a que pertencem sejam

suficientemente impressionadas pelos documentos ou pelos relatos orais, a ponto de incorporá-los à sua memória.

Para este mesmo autor, uma memória histórica geracional pode ser vista como a reunião complexa das memórias comuns, adquiridas ou apropriadas, dos participantes de uma situação de geração e das memórias coletivas que grupos concretos desses participantes tenham construído, não sendo incomum que as representações que compõem uma ou algumas destas memórias coletivas adquiram predominância sobre as demais e se difundam mais amplamente no seio de uma dada geração.

Neste contexto, Sá et al. (2009) realizaram um estudo intitulado “Memória Histórica do Regime Militar ao Longo de Três Gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional”, obra esta, norteadora para a presente dissertação no que concerne a estudar o período ditatorial no Brasil, considerando a articulação da memória histórica com os conteúdos das representações sociais expressados pelas pessoas que vivenciaram ou não tal época. A pesquisa de Sá et al (2009) debruçou-se em descrever os conteúdos das memórias históricas construídas em três grupos etários, analisando e comparando as diferenças em cada grupo, em função da escolaridade e orientação política dos componentes.

Ainda nesse estudo de Sá et al (2009), observa-se que os adultos, tiveram uma memória crítica e acusadora, para os jovens o regime militar parece ser representado de forma mais negativa, e para os idosos, representado de forma menos rigorosa. Fazendo um breve comparativo com os resultados desta dissertação, ver-se aqui, a grosso modo, como resultados que, tanto os jovens quanto os idosos tiveram posicionamento menos rigorosos quando comparados aos adultos, que, ao contrário, veem o regime militar de forma mais negativa, sendo a favor de ainda sejam apuradas as violações de direitos.

Estudos sobre memórias geracionais têm sua base conceitual no trabalho de Mannheim (1952/1982) sobre “o problema sociológico das gerações”, de onde extraiu uma

hipótese quanto à existência de um “período crítico” de idade, caracterizado pela maior retenção das experiências, que se situaria na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta, ou seja, enquanto tais estratos etários estivessem se constituindo como uma geração dotada de identidade e características próprias e únicas.

Assim, ao abordar a memória, é relevante ressaltar que, embora a palavra sugira a existência de um elemento único, trata-se de um sistema múltiplo e variável em armazenamento desde pequenos armazenamentos momentâneos ao sistema de memória de longo prazo, que parece exceder extensamente em capacidade e flexibilidade ao maior ordenador disponível (Baddeley, 1999).

Vale ressaltar que, em qualquer época, o estabelecimento etário de uma população é heterogêneo, sempre estarão existindo diferentes memórias geracionais no que diz respeito a um determinado fato, processo ou período histórico.

Diante do exposto, Chaves e Silva (2011) dizem que a identificação das representações sociais é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e esclarecer os determinantes das práticas sociais.

Dessa forma, estudar as representações sociais é tentar entender como um grupo humano constrói saberes que expressam a identidade de um grupo social. Uma relevante vantagem desta teoria é sua capacidade de descrever e trazer à tona fenômenos e aspectos que naturalmente as pessoas não se dão conta, onde tem um caráter mobilizador e explicativo. Trata-se, portanto, de se conhecer as representações para se compreender o comportamento das pessoas.

Sendo assim, embora a Psicologia Social sociológica se identifique melhor pelo estudo da memória, a Psicologia Social psicológica, que é ainda predominante no cenário mundial, tem se apropriado do tema. Vale destacar a contribuição de Serge Moscovici em ter apontado esta nova perspectiva na constituição da Teoria das Representações Sociais.

3.1 Objetivo geral

Analisar as Representações Sociais de três gerações acerca da ditadura militar e sobre a comissão da verdade.

3.2 Método

3.2.1 Participantes.

Os participantes deste estudo foram 209 pessoas escolhidas aleatoriamente, das quais 51,2% eram mulheres.

No que se refere à idade dos participantes, 64,6% eram jovens de até 20 anos, 10,5% corresponderam aos adultos de 21 a 30 anos, 10,5% eram pessoas com idade entre 31 e 45 anos, 4,3% tinham entre 46 a 59 anos e 10,0% diz respeito aos idosos, com idade acima de 60 anos.

Ao serem perguntados se já tinham sofrido ou presenciado algum ato de violação dos direitos humanos, 20% responderam que sim; quando indagados se conheciam alguém que teria sofrido violações, 25% disseram que sim e; 15% dos participantes são militares.

3.2.2 Procedimento.

Adotaram-se dois tipos de estratégias para o procedimento. Para atingir os jovens, o instrumento foi respondido por alunos de duas escolas de ensino médio (uma pública e outra privada) e de uma universidade privada.

Os participantes mais velhos foram abordados em lugares públicos, como, por exemplo, igrejas e praças, tendo sempre a preocupação de escolher bairros de classes sociais mais elevadas e mais baixas.

O instrumento foi aplicado em forma de entrevista individual.

3.2.3 Instrumento.

O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado, onde a abordagem foi individual, composto pelas seguintes seções:

- a) Dados sociodemográficos: sexo, idade, escolaridade e profissão;
- b) Associação Livre com palavra indutora “Governo Militar”;
- c) Cinco questões abertas, três delas sobre a ditadura militar, uma sobre justiça de transição e uma acerca da comissão da verdade;
- d) Quatro questões fechadas, onde o participante poderia responder “sim” ou “não” para perguntas sobre se sofreu violação de direitos, se presenciou alguém vítima de algum ato agressor e se era militar.

Além destas, ao final da entrevista, sempre era dito ao participante que o mesmo poderia acrescentar mais alguma informação que achasse necessário ou, se fosse o caso, esclarecesse alguma dúvida.

3.2.4 Análise dos dados.

Os dados coletados foram analisados com o auxílio de dois softwares. O primeiro, o Evoc (Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse dès Évocations), que considerou toda a amostra, 209 participantes, permite identificar os elementos figurativos da representação social por meio de critérios de frequência e de ordem prioritária de evocação na análise da questão de associação livre, separando-os em núcleo central e núcleos periféricos. A análise do Evoc dos dados obtidos pelo teste de associação livre considera a frequência e a ordem de evocações das palavras.

Para a análise das questões abertas foi utilizado o software Alceste, onde, cabe ressaltar que foram descartadas 45 entrevistas, devido os participantes não terem respondido

significativamente, sendo consideradas, portanto, 164 entrevistas. Este programa realiza uma análise hierárquica descendente que oferece contextos textuais que são caracterizados pelo seu vocabulário e também por segmentos de texto que compartilham esse vocabulário.

O programa Alceste divide o *corpus* em UCI (Unidade de Contexto Inicial), que corresponde à resposta de um indivíduo, e em UCE (Unidade de Contexto Elementar), segmentos do texto que constituem o ambiente da palavra.

3.3 Resultados e Discussão

3.3.1 Resultados da associação livre de palavras.

Inicialmente, foi feita a leitura de todas as evocações obtidas a partir da expressão indutora “Governo Militar”. Em seguida, foi feito um agrupamento das evocações semanticamente próximas. Por exemplo, evocações como “regime militar” e “governo militar” foram agrupadas na expressão “ditadura militar”.

De acordo com a Tabela 2, em todas as análises, foram consideradas frequências abaixo ou acima de 20 e ordem de aparecimento de 2,4. Assim, sobre as frequências das evocações, o Evoc faz um corte horizontal, observa-se que nos quadrantes superiores (1 e 2) a média da frequência das evocações foram iguais ou maiores que 20, a exemplo de “ditadura” e “repressão” (quadrante 1, sendo este o núcleo central) e “censura”, “opressão”, “tortura” e “violência” (quadrante 2, logo núcleo periférico próximo). Já os quadrantes inferiores (3 e 4), as evocações tiveram frequência menor que 20, sendo o quadrante 3 outro núcleo periférico próximo, e o quadrante 4, o núcleo periférico distante. No que se refere a ordem de aparecimento, o Evoc faz um corte vertical, onde os quadrantes da esquerda (1 e 3) tiveram uma ordem média de aparecimento menor 2,4 e os quadrantes da direita (2 e 4) tiveram ordem média de aparecimento igual ou maior que 2,4.

Tabela 2*Quadro de evocações livres de pessoas de três gerações distintas (N = 209)*

Freq. Méd.	O.M.I. < 2,4		O.M.I. ≥ 2,4			
		Freq.	O.M.I.		Freq.	O.M.I.
≥ 20	ditadura	31	2,129	censura	27	3,074
	repressão	34	1,971	opressão	23	2,435
				tortura	22	3,636
				violência	22	3,591
< 20	autoritarismo	11	2,000	ai_	6	4,667
	falta_de_liberdade	10	2,300	armas	9	4,000
	Getúlio_vargas	12	1,917	ato_institucional	5	4,200
	Golpe	5	2,200	controle	7	2,714
	organização	9	2,333	corrupção	9	3,667
				disciplina	13	3,923
				eua	6	3,833
				exílio	11	4,364
				forças_armadas	15	2,600
				governo	5	3,600
				guerra	14	3,214
				guerras	6	2,833
				injustiça	5	3,000
				medo	12	4,250
				militarismo	5	2,800
				morte	16	3,125
				mortes	8	4,375
				ordem	11	3,091
				perseguição	12	3,417
				poder	13	4,462
				polícia	6	4,000
				política	10	3,300
				prisão	11	3,636
				respeito	5	3,000
				revolução	7	3,286
				segurança	6	3,500
			sofrimento	8	3,875	

Na Tabela 2, a célula 1 (quadrante superior esquerdo) é constituída por elementos de alta importância e alta frequência, representando o núcleo central da representação. Percebe-se que o conteúdo evocado ao escutar e pensar na expressão “governo militar” está fortemente ancorada em uma ação negativa “repressão”. Associado a isto se verifica também a evocação a um termo que corresponde a um regime governamental “ditadura”.

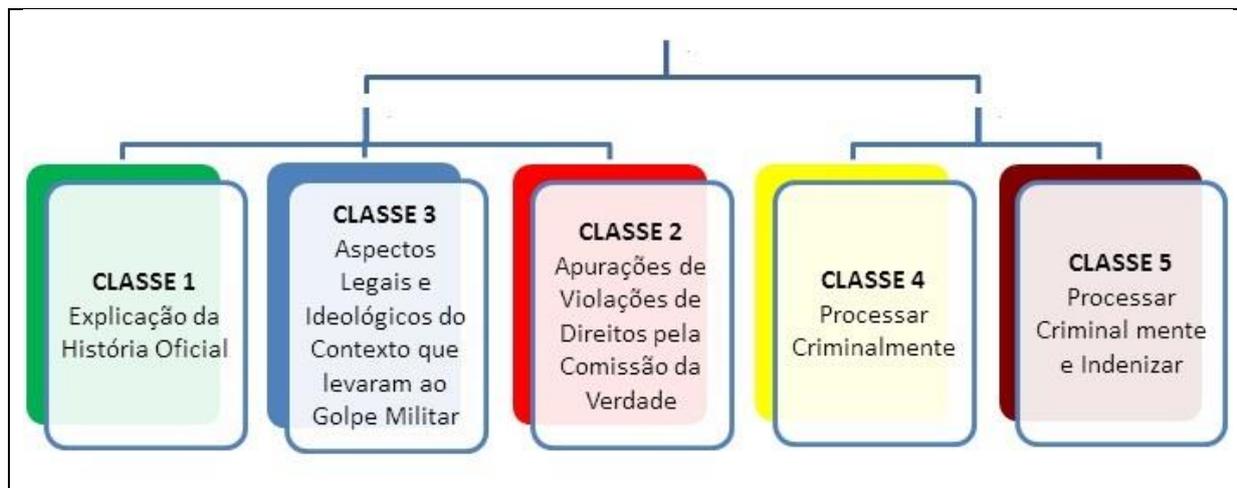
Além do núcleo central, existem os núcleos periféricos próximos (quadrante superior direito e quadrante inferior esquerdo, respectivamente) que são elementos intermediários próximos ao núcleo central que, por sua vez, corroboram com as evocações do núcleo central. Os conteúdos evocados destes referem-se a “censura, opressão tortura, violência”, assim como “autoritarismo, falta de liberdade, golpe”.

Os elementos do núcleo periférico distante (quadrante inferior direito) referem-se a palavras como “armas, controle, corrupção, exílio, guerra, medo, mortes, perseguição”, ratificando as representações demonstradas nos outros núcleos.

Vale ressaltar que o núcleo periférico distante apresentou aspectos positivos e negativos relacionados ao governo militar, a exemplo disto destacam-se as evocações “disciplina, ordem, respeito e segurança”.

3.3.2 Resultados da análise de conteúdo.

O *corpus* foi constituído de 164 unidades de contexto iniciais (UCI), totalizando 9.472 ocorrências, sendo 1.855 palavras diferentes, em média 5 ocorrências por palavra. A diminuição do número de participantes deve-se ao fato da exclusão de 45 participantes por não terem respondido as questões completamente. Após a redução do vocabulário às suas raízes, foram encontradas 285 radicais e 345 unidades de contexto elementares (UCE). A classificação hierárquica descendente (CHD) reteve 66% do total de UCE do *corpus*.

Figura 1*Dendrograma do Corpus*

A análise lexical dos discursos dos participantes resultou em um dendrograma (Figura 1) com cinco Classes. Estas Classes estão separadas em dois conjuntos. No lado esquerdo (Classes 1, 2 e 3), têm-se os discursos que apresentam o contexto histórico, político e social do golpe militar. No lado direito (Classes 4 e 5), estão os discursos que falam sobre o que deveria acontecer com os envolvidos nas violações cometidas pelos militares.

Começando a descrição das Classes pelo lado esquerdo da Figura 1, a Classe 2 “Apuração de Violações de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade”, teve a maior representatividade do *corpus*, com 31,0%. Nesta Classe percebe-se a existência de uma discordância das práticas repressivas do período militar, e a ideia de que os atos de violação dos direitos humanos devem ser apurados. O perfil dos participantes desta Classe, ainda de acordo com as análises do Alceste, é homens, com idade entre 31 e 59 anos, com grau de escolaridade superior e são pessoas que não apenas vivenciaram, mas também sofreram ou conhecem alguém que sofreu com o regime militar.

A Classe 1 nomeada “Explicação da História Oficial” possui 19,0% da representatividade do *corpus*, onde, em sua maioria, foram discursos de jovens de até 20

anos, que não vivenciaram o período militar, mas buscaram contar os acontecimentos desta época baseados no que já leram e/ou através das falas de conhecidos (memória história).

Já na Classe 3 denominada “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que Levaram ao Golpe Militar” (16,0% da representatividade do *corpus*), as pessoas, em sua maioria, vivenciaram o período militar e têm acima de 60 anos e possuem pós-graduação.

Se distanciando das três Classes anteriormente citadas (2, 1 e 3), a Classe 5 nomeada “Processar Criminalmente e Indenizar” (21,0% da representatividade do *corpus*). Nesta Classe abordou-se, além do processo criminal, a indenização, onde defendem que a comissão da verdade deve apurar os atos cometidos no período do regime militar e, sendo constatada violação de direitos, deve-se não apenas processar o agressor, mas também indenizar (reparar) a vítima ou seus parentes.

A Classe 4 intitulada “Processar Criminalmente” (13,0% da representatividade do *corpus*) está bem próxima da Classe 5. A Classe 4 corresponde, em sua grande maioria, a jovens entre 21 e 30 anos, que, embora não tenham sofrido violação de direitos do período do regime militar, são a favor de que os atos sejam apurados e que o agressor deva ser processado criminalmente.

Analisando mais detalhadamente cada uma das Classes, na Tabela 3 que contém as características da Classe 2, observa-se que o foco principal dos discursos gira em torno do papel da comissão da verdade na apuração das violações dos direitos humanos. Tem-se que ressaltar também que existe a relação entre a comissão da verdade e o próprio golpe militar. Dito de outra forma, os discursos articulam esses dois fatos históricos.

Tabela 3

Classe 2 “Apuração de Violação de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade”:
Representa 31,0% do corpus

Palavras Significativas	Khi2	%
Da	26	63
com+	23	70
viol+	23	82
direitos_humanos	22	92
investig+	18	100
Fato	17	90
Ditadura	17	65
busc+	14	100
democr+	14	100
Devido	14	77
cri+	12	75
apur+	12	80
Democracia	12	67
Organiz	11	100
Sociedade	11	100

Exemplos de Discursos da Classe 2

Foi uma comissão criada por Dilma com objetivo de apurar as violações e absurdos cometidos contra a sociedade brasileira no período da ditadura militar.

Devido à revolta da sociedade que se sentia contida nos seus direitos. Esta comissão busca a verdade sobre os abusos cometidos por militares na época da ditadura.

Limitação da liberdade e de expressão. Acabou devido à pressão interna e externa. A comissão tinha objetivo de apurar violação de direitos.

Por terem dado um golpe militar. Atos violadores dos direitos e garantias individuais e coletivos. Por causa da luta democrática. Criada para investigar os abusos ocorridos na ditadura, principalmente aos crimes políticos de banimentos dos traidores da pátria.

Pela força, foi um golpe físico. Pressionou a imprensa, houveram torturas, exílio, venda do petróleo. Organização criada para revelar fatos ocorridos durante a ditadura militar.

Pode-se observar na Tabela 4 que na Classe 1 a ideia central é a busca do entendimento do contexto histórico e político que culminou com o golpe militar de 1964.

Tabela 4

Classe 1 “Explicação da História Oficial”: Representa 19,0% do corpus

Palavras Significativas	Khi2	%
Poder	32	64
Eles	31	65
Povo	23	69
govern+	23	44
Coisa	22	100
acredit+	17	75
queri+	16	56
ach+	15	64
deix+	13	100
Suas	13	100
mudan+	13	100
Fizeram	13	100
acab+	12	50
Porque	12	41
assum+	11	54

Exemplos de Discursos da Classe 1

Porque os militares achavam que o Brasil precisava de um governo que pressionasse mais. Foram impostas principalmente pela mídia para alienar o povo e fazer pensar que estava tudo calmo.

Os militares assumiram o governo do Brasil por acreditar que com a ordem militar o país conseguiria de desenvolver. Os militares chegaram no poder através de um golpe de estado.

Eles não acreditavam no governo de outras pessoas, como os civis. Achavam corruptos. Acho que também queriam um governo forte. Acabou por causa de muita ditadura, muita rigidez com a população. Acho que a comissão deve prender pelas coisas que fizeram.

O país estava precisando de ordem, lembro do mais conhecido, o AI-5. Porque os militares não tinham a intenção de ficar no poder para sempre, queriam ficar até a ordem se estabelecer.

Os militares assumiram o governo porque o país estava em crise e eles tinham a intenção de por ordem. Foi à retirada dos direitos ou de não poder exercer esses direitos.

A ênfase dos discursos da Classe 3, pode ser observado na Tabela 5. Refere-se aos aspectos legais e ideológicos que culminaram com o golpe militar. Ressalta-se a existência de referências aos Atos Institucionais, comparando-os às emendas constitucionais atuais.

Tabela 5

Classe 3 “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que Levaram ao Golpe Militar”: Representa 16,0% do corpus

Palavras Significativas	Khi2	%
tic+	54	62
Social	48	91
pol+	37	62
mic+	31	88
econ+	31	88
tomad+	27	100
Medida	21	83
Levar	16	100
institu+	16	100
Comunista	16	100
Comun	9	57
Estava	9	46
líber+	7	60
Meio	6	67
poca+	6	38

Exemplos de Discursos da Classe 3

Para que o mundo não fosse tomado pelo comunismo ou socialismo com ideais maxistas. Conceito que se refere à passagem de um regime ditatorial para o regime democrático.

Foram decretos semelhantes a emendas constitucionais que o governo militar criou. Instituiu, promovia e determinava ação social, política e econômica.

Foram medidas tomadas pela ditadura para adequar o país de acordo com seus interesses. O Brasil estava passando por um momento de dificuldades econômicas e por esse motivo o povo desejava uma democracia.

Os militares assumiram o poder de forma autocrática por meio das armadas estadunidense como forma de frear e coibir o avanço dos ideais socialistas que vinham sendo desenvolvidos pelos governos populares, temendo uma revolução urbana.

Jango com seus ideais estava propondo acabar com a desigualdade social e econômica. Levaram os militares a pensar que Jango queria transformar o Brasil em um país comunista.

Já os discursos da Classe 5 (Tabela 6) enfatizou a ideia que a punição dos culpados pelas torturas e assassinatos cometidos pelos representantes do Estado é importante, mas, igualmente importante, é a indenização às vítimas ou às suas famílias.

Tabela 6

Classe 5 “Processar Criminalmente e Indenizar”: Representa 21,0% do corpus

Palavras Significativas	Khi2	%
indeniz+	58	77
fam+	35	91
lia+	35	91
process+	28	64
totur+	17	59
tima+	16	100
Ou	15	60
puni+	15	83
sofr+	15	75
dev+	12	42
justi+	12	57
*ind_105	12	100
Agressor	12	67
Ir	11	80

Exemplos de Discursos da Classe 5

*A comissão deve **julgar** essa pessoa e se for o **caso** deve **ir** a júri popular para **condenar**. A **punição** deveria ser o pagamento de multa ou práticas de medidas sociais. **Deveria processar** o responsável pelos atos e **indenizar a família da vítima**.*

*Tanto **processar o agressor** quanto **indenizar a família do torturado** e trazer as informações ao público. O correto é fazer justiça com quem agrediu e com quem sofreu a **agressão**.*

***Processar quem** cometeu a **tortura** ou morte e **indenizar a família das vítimas**.*

*Deve punir o **agressor** e acolher e **ajudar a vítima**. Porque **torturar** ou **matar** não é **atitude** de ser humano. **Indenizar** a pessoa que sofreu a **agressão**.*

*A única forma de punir é **processando** e a única forma de **diminuir o sofrimento** da pessoa **torturada** é **indenizando**.*

Por fim, os discursos da Classe 4 (Tabela 7) giram em torno da importância da punição legal dos envolvidos nas torturas e assassinatos dos presos políticos. Aqui existe também a ideia de que esses crimes não prescrevam, ou seja, não importa o tempo transcorrido, os culpados devem ser punidos.

Tabela 7

Classe 4 “Processar Criminalmente”: Representa 13,0% do corpus

Palavras Significativas	Khi2	%
Pelos	54	73
Punir	33	56
comet+	31	70
dev+	28	39
Punido	19	55
pag+	16	50
Crime	11	33
*ida_2	9	35
Sua	8	67
For	6	43
*cv_1	5	23
Assim	5	50
Quando	5	50
respons+	5	38
Ato	4	26

Exemplos de Discursos da Classe 4

Prender ou encontrar uma forma de punir essa pessoa. Todas as pessoas que cometeram crimes devem pagar pelos atos, independente de quando foi realizado.

Os agentes causadores pelos danos devem ser punidos pelos atos que cometeram. Ambos os itens são necessários para sua aplicação.

Deveria prender e fazer pagar pelos crimes de sua responsabilidade, podendo fazer pagar com a mesma moeda. Assim essa pessoa dificilmente ficaria livre do que cometeu.

Deve procurar todos os culpados e condenar como o caso de qualquer um que infringir a lei. Quando um comete um assassinato deve ser punido e como somos todos iguais, o mesmo deve ocorrer com os militares culpados.

Assim o criminoso deve pagar pelos seus atos. Deveria ir para prisão perpétua.

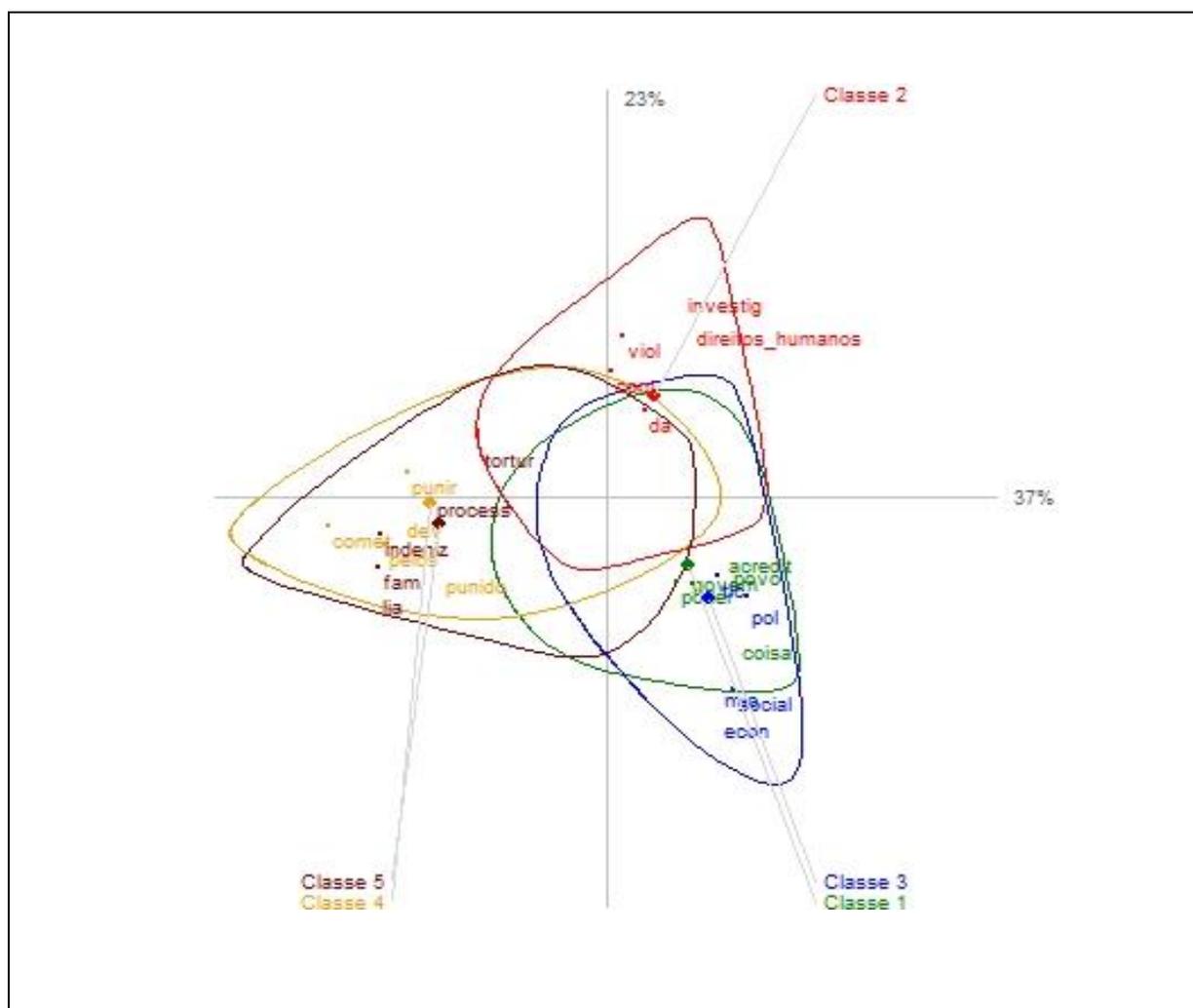
3.3.2.1 Análise Fatorial de Correspondência.

Na última etapa da análise do Alceste, pode-se observar a representação em coordenadas da Análise Fatorial de Correspondência, que permite a visualização das relações entre as Classes 1, 2, 3, 4 e 5.

No gráfico da Análise Fatorial de Correspondência (Figura 2), podem ser observados os eixos horizontal (x) e vertical (y) que assumem discursos por meio da distribuição lexical nos quadrantes.

Figura 2

Representação em coordenadas da Análise Fatorial de Correspondência das entrevistas desta pesquisa que buscou saber a representação social de três gerações no que tange à Ditadura Militar e à Comissão da Verdade.



A estrutura da análise fatorial agrupou as cinco classes: no quadrante inferior direito, observa-se as Classes 1 “Explicação da História Oficial” e 3 “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que levaram ao Golpe Militar”, unidas numa mesma direção, onde tiveram os discursos voltados à análise política, em que explicaram a situação político-econômico-social que levou ao golpe militar.

Já no quadrante superior direito, o grupo que aparece mais saliente, inclusive com o *corpus* mais significativo deste estudo, foi a Classe 2 “Apuração das Violações de Direitos pela Comissão da Verdade”. Nesta Classe, estão os discursos que defendem a apuração das violações de direitos humanos pela comissão da verdade, quais sejam: mortes, torturas, desaparecimento político, entre outras. Vale destacar que, enquanto as Classes 1 e 3 estão mais próximas do eixo (y) para baixo, a Classe 2 aponta também para o eixo (y), porém numa direção oposta, tendo o resultado com força para cima.

Por fim, percebe-se que, na Figura 2, outras duas Classes são ainda mais emparelhadas: as Classes 4 e 5 “Processar Criminalmente” e “Processar Criminalmente e Indenizar”, respectivamente. Estas Classes estão salientes para o lado esquerdo do eixo e bem apoiadas no centro do eixo (x). Os discursos presentes nestas duas Classes convergem para o entendimento de que se a comissão da verdade constatar que houve violação de direitos, o ideal seria que os culpados fossem julgados e condenados penalmente. Um discurso a mais que a Classe 5 evidencia, sendo um debate mais rigoroso, é que, além do processo criminal contra o violador, as vítimas das violações ou familiares destas sejam indenizadas como maneira de reparar o dano causado pelo agressor.

O objetivo deste estudo foi analisar as representações sociais de três gerações acerca da ditadura militar e a opinião destas pessoas sobre a comissão da verdade. Os resultados apontam que os participantes da pesquisa foram a favor da criação da comissão da verdade, assim como, concordam que, constatando violações de direitos no período ditatorial, que o agressor seja punido criminalmente e a vítima ou seus familiares sejam reparados civilmente. Observa-se também que a representação social da expressão “Governo Militar” está ancorada, de maneira geral, por conteúdos negativos, o que indica que a opinião das pessoas sobre este período é marcado pela falta de democracia e repressão.

No que se referem ao aspecto geracional, os resultados do Alceste apontam que a idade dos participantes foi um aspecto relativamente importante para a diferenciação das Classes discursivas. Assim, na Classe 2 “Apurações de Violações de Direitos Humanos pela Comissão da Verdade” teve participantes de 31 a 59 anos, na Classe 1 “Explicação da História Oficial”, jovens de até 20 anos, na Classe 3 “Aspectos Legais e Ideológicos do Contexto que Levaram ao Golpe Militar” estavam as pessoas com mais de 60 anos e na Classe 4 “Processar Criminalmente”, foram jovens adultos com idades entre 21 a 30 anos. Finalmente, na Classe 5, “Processar Criminalmente e Indenizar”, não teve uma faixa etária específica.

Motivado pelo o que ainda está por vir e o que ainda será divulgado sobre fatos ocorridos no período da ditadura militar, ver-se como interessante pensar em novos estudos a partir deste, a exemplo de pesquisas: 1) que verifiquem a influência racial neste período, isto é, se as violações de direitos cometidas contra os negros eram nas mesmas proporções quando as vítimas eram brancas; 2) que ampliem a área geográfica do estudo, abrangendo outras regiões do Brasil e com isso possa comparar as representações sociais, para isto, utilizar o instrumento deste estudo, porém, em formato digital, permitindo a disponibilidade

pela internet; e 3) que realizem um estudo comparativo dos discursos entre militares e civis, para assim observar as representações sociais destes acerca do “Governo Militar”.

Sendo assim, analisando a história e diante dos movimentos e estudos atuais na tentativa de desvendar essa história, percebe-se que o refortalecimento do tecido social se tornou um fator essencial na transição do poder em sociedades marcadas por conflitos ou em transições para regimes democráticos.

O Brasil precisou de 48 anos para, depois de um processo longo e lento de Justiça de Transição, criar sua comissão nacional da verdade para fazer o que deveria ter ocorrido naturalmente.

Embora esta comissão tenha algumas críticas, uma das características positivas dela se baseia, justamente, numa maior aproximação e interação entre sociedade civil (indivíduo) e Estado, permitindo, assim, evitar a recorrência de determinados tipos de violência.

Sendo assim, ainda há muito a ser desvendado, assim como muito a ser publicado. No ano 2014, a comissão nacional da verdade do Brasil finalizará e publicará o relatório final, que será entregue à Presidenta da República, Dilma Rousseff. A partir daí, qual expediente a referida comissão encaminhará à Presidência da República, como também aos órgãos, como o Ministério Público, por exemplo, ainda é desconhecido.

Referências

- Abric, J.C. (1992). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.
- Abric, J.-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J.-C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Abric, J.-C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos, & M. C. S. Loreiro (Orgs.), *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 37-57). Goiânia: Ed. da UFG.
- Abric, J.-C. (2005). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J.-C. Abric. (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Paris: Éditions érès.
- Alba, J. W., & Hasher, L. (1983). Is memory schematic? *Psychological Bulletin*, 93, 203-231.
- Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. (2012). *Arquivo Nacional*. Retirado de <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1017&sid=40>
- Baddeley, A. (1999). *Memória humana: teoria e prática*. Tradução de G. N. Navarro. Madrid: Mc Grall-Hill.
- Bartlett, F. C. (1932/1995). *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brahm, E. (2004). *Truth Commissions: the beyond intractability project*.
- Campos, Flávio de & Miranda, Renan G. (2005). *A escrita da história*. São Paulo: Escala Educacional.
- Chaves, A. M., & Silva, P. de L. (2011). Representações sociais. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira, *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik.

- Cuervas, V. et al. (2002). *Truth Commissions: an uncertain path?* Santiago de Chile: Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwell, & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical Approaches to Social Representations*. Oxford: Clarendon Press.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Durkheim, E. (1895/2007). *Regras do método sociológico*. São Paulo: Presença.
- Durkheim, E. (1912/1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, E.. (1984). *The Division of Labour in Society*. Translated by WD Halls. London: Macmillan.
- Farr, R. M. (1996). *The roots of modern social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Halbwachs, M. (1925/1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- Halbwachs, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- Jodelet, D. (1984). Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Org.), *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1989). Representations sociales: um domaine em expansion. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Les représentations sociales*. Paris: Press Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 19-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jedlowski, P. (2001). Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, 10(1), 29-44.
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. 4. ed. Campinas: UNICAMP.

- Mannheim, K. (1952/1982). O problema sociológico das gerações. In M. M. Foracchi (Org.), *Karl Mannheim* (pp. 67-95). São Paulo: Ática, p. 67-95.
- Martins, I. G. S. (2012, dezembro). A Comissão da Verdade e a verdade histórica [Mensagem da web]. Retirado de <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-comissao-da-verdade--e-a-verdade-historica-,878143,0.htm>
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (1981). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. M. Farre, & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social* (pp. 167-214). Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2005). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Naiff, D. G. M., Sá, C. P., & Naiff, L. A. M. (2008). A memória social do estado novo em duas gerações. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(1), 110-121.
- Núcleo de Preservação da Memória Política. (2012). *A Comissão da Verdade no Brasil: por quê? O quê? O que temos de fazer?* São Paulo: Memorial de Assistência de São Paulo.
- O Estadão. (2012). A comissão da verdade e a verdade histórica. [Mensagem da web]. Retirado de <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-comissao-da-verdade-e-a-verdade-historica,878143,0.htm>

- Oliveira, M. S. B. S. de. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).
- Pergher, G. K., & Stein, L. M. (2003). Compreendendo o esquecimento: teorias clássicas e seus fundamentos experimentais. *Psicol. USP*, 14(1).
- Pinto, S. R. (2010). Direito à Memória e à Verdade: comissões de verdade na América Latina. *Revista Debates*, 4(1), 128-143.
- Presse, F. (2013, dezembro). Farc admitem responsabilidade por vítimas do conflito na Colômbia [Mensagem da web]. Retirado de <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/farc-admitem-responsabilidade-em-parte-por-vitimas-do-conflito-na-colombia.html>
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. (2007a). O campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 20(2), 290-295.
- Sá, C. P. (2007b). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 53-61). Porto Alegre: Evangraf.
- Sá, C. P. (2008). *Les défis d'une psychologie sociale de la mémoire: une approche engagée em psychologie sociale: l'oeuvre de Denise Jodelet* (pp. 173-178). Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Sá, C. P. et al. (2009). *A Memória Histórica do Regime Militar ao Longo de Três Gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura*

representacional. Estud. psicol. (Campinas)[online]. 2009, vol.26, n.2, pp 159-171. ISSN 0103-166X.

Sá, C. P. (2012). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 09, (14).

Tepperman, J. D. (2002). Truth and consequences. *Foreign Affairs*, 81(2), 128-145.

Terra, M. (2011). Assembleia Nacional da Venezuela aprova criação de comissão da verdade [Mensagem da web]. Retirado de <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/16060/>

Vala, J. (2000). Representações Sociais e Psicologia Social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro (Coords.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vergès, P. (2002). *Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations - EVOC2000, Version 5 Avril 2002*. France: Aix em Provence.

Anexo – Roteiro de Entrevista



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) participante,

Este roteiro faz parte de um estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP/UFPB e contamos com sua colaboração para que responda estas perguntas expressando sua opinião acerca do tema.

Data da Aplicação: ___/___/___

Dados Sócio-demográficos

1 – Sexo:

Masculino Feminino

2 – Idade: _____ anos

3 – Escolaridade:

<input type="checkbox"/> Lê e escreve mas não foi à escola	<input type="checkbox"/> Da 1ª a 3ª série (ensino médio completo)
<input type="checkbox"/> Do 1º ao 5º ano (ensino fundamental)	<input type="checkbox"/> 3º grau incompleto. Curso:
<input type="checkbox"/> Do 6º ao 9º ano (ensino fundamental)	<input type="checkbox"/> 3º grau completo. Curso:
<input type="checkbox"/> Da 1ª a 3ª série (ensino médio incompleto)	<input type="checkbox"/> Pós-graduação

4 – Profissão: _____

5 – Naturalidade: _____

6 – Local de Residência: _____

7 – Quando você escuta a expressão “GOVERNO MILITAR”, qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça? E a segunda? E a terceira? E continuar perguntando até a décima ou até ele dizer que não sabe mais nenhuma.

1.	6.
2.	7.
3.	8.
4.	9.
5.	10.

8 – Em sua opinião por que os militares assumiram o governo do Brasil?

9 – Você sabe o que foram os Atos Institucionais do Governo Militar? Não sabe ()

10 – Você sabe por que o Governo Militar acabou? Não sabe ()

11 – O que você sabe sobre a Justiça de Transição? Não sabe ()

12 – O que você sabe sobre a Comissão da Verdade? Não sabe ()

Se o participante não souber, você lê o texto para ele:

A Comissão Nacional da Verdade começou a funcionar em maio de 2012 e tem como objetivo apurar graves violações de Direitos Humanos, praticados por agentes públicos, ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988.

13 – Se a Comissão da Verdade constatar a responsabilidade de uma pessoa em relação à tortura e/ou morte de um preso político, o que você acha que ela deveria fazer?

Neste caso, você acha que o Estado brasileiro deveria:

- () Processar criminalmente
- () Indenizar
- () Processar criminalmente e Indenizar
- () Nenhuma das alternativas

Justifique sua resposta:

14 – Você sofreu ou presenciou algum ato de violação de direitos?

Sim Não

15 – Você conhece alguém que sofreu ou presenciou algum ato de violação de direitos?

Sim Não

16 – Você é militar na ativa ou é militar aposentado?

Sim Não

MUITO OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!